

Área temática: **FILOSOFIA, CRISTIANISMO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Título da comunicação: **A QUESTÃO DO TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Nome completo e titulação do autor: **MÁRCIA MELLO COSTA DE LIBERAL (doutora)**

Instituição que representa: **UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

RESUMO: Os progressos nas comunicações, na tecnologia e no transporte fizeram o mundo mudar. Disso resultou uma economia globalizada fazendo com que uma quantidade, cada vez maior, de países industrialize-se para competir internacionalmente. Devido a essas tendências, todas as transações comerciais através de fronteiras nacionais formam a arena dos chamados negócios globais, aproximando pessoas e países com culturas, valores, leis e padrões éticos diferentes. É essa a discussão proposta neste trabalho onde, pelas análises de diferentes vertentes teóricas será apresentada a problemática que envolve a questão do trabalho no mundo contemporâneo e a importância da ética. Fatores de grande relevância como: exclusão social, especialização profissional, responsabilidade social e ética no mundo do trabalho, serão abordados com o objetivo de podermos compreender as transformações pelas quais o mundo do trabalho tem passado, procurando encontrar soluções para uma melhor qualidade de vida para todos.

Palavras-Chaves: Ética – Sociedade – Trabalho

ABSTRACT: The development of communications, technology and transports has made the world change. The result is a globalized economy leading an increasing number of countries to industrialize themselves aiming at competing internationally. Due to these trends, all the international trade transactions form an arena for the so called global businesses, approaching people and countries with different cultures, values, laws and ethical standards. This is the discussion proposed by this paper by means of the analysis of different theoretical ideas, presenting the problems involving the question of the work in the contemporary world as well as the importance of the ethics. Highly relevant factors as social exclusion, professional specialization, social and ethical responsibility in the work, are discussed aiming at understanding the transformations which the work world has undergone, trying to find out solutions for a better quality of life for everyone.

Key words: Ethics – Society – Work

Introdução

Durante a trajetória da humanidade, acumularam-se descobertas que propiciam nos dias de hoje uma verdadeira revolução no campo da gestão empresarial, especialmente, no processo produtivo. A par com o desenvolvimento tecnológico, avanços nas áreas da economia, sociologia, psicologia e gestão, acompanham a tendência mundial de se criar novos métodos de gestão e a formulação de políticas de recursos humanos não só pelo Estado mas também pelas empresas. Neste sentido, parece-nos que a atual crise dos paradigmas lança suas raízes nas mesmas fontes das novas formas de gerência empresarial que caracterizam as relações emergentes entre empregados e empregadores.

Atravessamos um período histórico assinalado por múltiplas crises e mudanças ancoradas, provavelmente, em tecnologias propiciadoras de uma nova cultura organizacional. Novos paradigmas procuram explicitar essa atualidade do processo produtivo no seu todo.

As sucessivas transformações ocorridas nas relações entre capital e trabalho, adicionadas aos avanços científicos e tecnológicos, resultaram no estabelecimento da reengenharia das organizações, na modernização do parque produtivo e na reelaboração das teorias econômicas e sociais. Nessa marcha de transformações, suscitadas também pela globalização do mercado, o que permanece estável é a meta de promover o enriquecimento das empresas e o bem-estar dos trabalhadores.

Essa realidade desperta e impulsiona transformações organizacionais e mudanças nos processos de trabalho, nas práticas de gestão do pessoal e no próprio sistema de controle das organizações, para responder aos avanços, necessidades e desafios vinculados às crises que se estabelecem nas relações entre capital e trabalho. Nas últimas décadas, metodologias variadas têm procurado atender às exigências do capital e do trabalho, do produtor e do consumidor. Novas práticas administrativas vêm provocando alterações no perfil organizacional, direcionando-o para um processo contínuo de mudanças, caracterizado pela adoção de sistemas como o *just-in-time*, o gerenciamento participativo e o envolvimento dos funcionários. A produção sofre os impactos da Gestão da Qualidade Total, transformam-se os pressupostos básicos da cultura organizacional e do perfil empresarial.

Frente às intensas modificações da década de 1980, a classe trabalhadora

[...] sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (Antunes, 1994:15).

Esse princípio da reengenharia atinge a organização do trabalho e todos os demais tipos de organização, como os sindicatos, as Igrejas, o Estado, os hospitais, entre outros.

A crise do trabalho acarretou à economia, sociologia e gestão de empresas novas questões éticas, no que se refere à qualificação, desqualificação, produtividade, qualidade total, racionalização dos recursos, prestação de serviços, desemprego e subemprego. Essas indagações levaram os diferentes teóricos a pensar e a repensar as técnicas e metodologias empregadas nos processos produtivos. O incremento de mudanças significativas nos anos oitenta, como o salto qualitativo da tecnologia, a automação, a microeletrônica, a robótica, a física quântica, a fibra ótica, propiciou uma mudança radical na comunicação e alterações substanciais nas relações entre capital e trabalho.

Essas modificações podem ser constatadas mundialmente, principalmente, nos Estados Unidos, Japão, Itália, Alemanha e, de certa forma, em algumas regiões da América Latina. E, neste sentido, as teorias administrativas do taylorismo, do fordismo e do toyotismo vão sendo aperfeiçoadas e até superadas para responder às novas solicitações do trabalho:

[...] o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção, à lógica do mercado [...] Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CQOs), a gestão participativa, a busca da qualidade total, são expressões visíveis, não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. (Antunes, 1994:16.)

Acenamos para essa problemática emergente, apenas com o objetivo de demonstrar a crise dos paradigmas que estão vivendo as ciências de forma geral, especialmente aquelas vinculadas ao mundo do trabalho.

1. As Transformações do Trabalho no Mundo Contemporâneo

As transformações do trabalho observadas no mundo contemporâneo vêm sendo analisadas por importantes teóricos, na tentativa de compreender as razões destas mudanças e apontar saídas para os impasses criados na sociedade atual.

É essa a discussão proposta neste artigo, onde pela a análise de diferentes vertentes teóricas, sob o ponto de vista dos conceituados estudiosos: Jeremy Rifkin, Manuel Castells, Gilberto Dupas e Eric Hobsbawm, será apresentada a problemática que envolve a questão do trabalho no mundo contemporâneo e a importância da ética.

Em sua obra *O fim dos empregos*, Rifkin (1995) considera que um dos mais importantes desdobramentos do capitalismo global é, sem dúvida, a crescente exclusão social que, para ele, é o resultado da automação e da reengenharia adotadas no sistema produtivo.

Para Rifkin, a tecnologia tem gerado mais desvantagens do que benefícios, ficando estes restritos a uma minoria; enquanto trabalhadores e classes médias são profundamente afetados pelo desemprego, perda de poder aquisitivo, declínio da qualidade de vida, fatos estes responsáveis pelo crescimento da violência social.

Ele afirma, também, que a moderna tecnologia expulsa trabalhadores do setor agrícola global, da produção e dos serviços. Os jovens são os mais atingidos e mesmo os graduados, em função do desemprego, aceitam ofertas de trabalho em setores de mão-de-obra desqualificada.

A crise do Estado reduz ainda mais oportunidades de emprego. A polarização entre ricos e pobres cria condições para levantes sociais e conflitos entre classes, em proporções que desconhecíamos.

No Brasil, em particular, distúrbios sociais, crime e violência relacionam-se cada vez mais ao desemprego e ao deslocamento tecnológico, desafiando os governos nas propostas de soluções e levando os marginalizados a buscar refúgio em movimentos políticos e religiosos extremistas, que acenam com promessas de estabilidade social e econômica.

As soluções, segundo Rifkin, viriam da redução da jornada de trabalho e fortalecimento do Terceiro Setor. Com a redução do papel do Estado, o *Welfare State* seria substituído pelo Welfare da Cidadania.

O Terceiro Setor, atuando entre a esfera pública e privada, com uma redistribuição tributária, conseguiria alterar este quadro excludente priorizando os setores menos favorecidos, restabelecendo as redes sociais e possibilitando a criação de novas oportunidades de trabalho.

Para Rifkin, devemos nos preparar para uma era pós-mercado, já que o trabalho formal se reduzirá progressivamente. A alternativa a esta economia de mercado será a economia social, conceito trabalhado muito pelo autor. Esta se caracterizará pela absorção da massa excluída de trabalhadores, pela ênfase nas relações humanas, no companheirismo, recuperando o sentido da vida e os objetivos sociais, esquecidos pela lógica do mercado que prioriza, exclusivamente, a produtividade.

Salários indiretos para o trabalho voluntário além de impostos de valor agregado sobre produtos e serviços, deduções de impostos para a filantropia corporativa, são algumas medidas aconselhadas por Rifkin para consolidar a economia social.

Assim, o Terceiro Setor é visto como alternativa ao cenário excludente gerado pelo mercado global. A era pós-mercado, portanto, poderá significar uma transformação social sem precedentes ou a barbárie.

A idéia de responsabilidade social pode ser colocada como sendo um conjunto de atitudes e posturas éticas em relação não só à comunidade como ao cliente, ao fornecedor, ao funcionário, de respeito ao meio ambiente, às normas estabelecidas pelo Estado. Assim, investir no social seria apenas um ponto desse conjunto.

Entretanto, o sociólogo espanhol, Manuel Castells, em sua obra *Sociedade em Rede*, contrapõe suas idéias às de Rifkin e acredita que a revolução informacional e as novas tecnologias não desempregam, mas geram novos postos de trabalho exigindo, porém, formação específica e adequada.

Para Castells, a “era da informação” surgiu em fins dos anos sessenta, em função de diferentes fatores: as crises dos sistemas capitalista e socialista, bem como, o aparecimento de novos movimentos sociais e culturais vinculados aos direitos humanos, questões ambientais, feminismo, pacifismo, etc.

Em decorrência dessas transformações, surgem novos arranjos econômicos e sociais: a sociedade em rede, a economia informacional-global, permeados por uma cultura da virtualidade-real.

Castells afirma que as tecnologias informacionais não geram desemprego mas, admite que são responsáveis por uma crescente exclusão social, tanto nos países centrais como nos periféricos, em decorrência da flexibilidade e precariedade das condições de trabalho.

[...] De fato a exclusão social é um processo, não uma condição. Por isto, suas fronteiras mudam e quem é excluído e incluído pode mudar com o tempo, dependendo da educação, das características demográficas, dos prejuízos sociais, das políticas empresariais e das políticas públicas. [...] (CASTELLS apud DUPAS, 1999, p. 181).

O autor lembra que países como Estados Unidos e Japão, com avançada tecnologia informacional geraram, nas décadas de 1980 e 1990, novos postos de trabalho, enquanto alguns países da União Européia, como a Espanha, convivem com taxas elevadas de desemprego, embora tendo uma tecnologia de informação menos desenvolvida, fatos que confirmam sua tese.

A flexibilidade do trabalho gerada pelas novas tecnologias está sempre associada a outros fatores, tais como os contextos econômicos e sociais de cada país, além das decisões de natureza política adotadas pelos Estados nacionais.

A grande questão é a rotatividade e instabilidade a qual o trabalhador é submetido por esta flexibilidade, denominada por Castells de “a praga do trabalho flexível”. Destacamos que, alguns desses fatos obrigam este trabalhador a sobreviver no mercado informal e até na economia do crime.

Os efeitos sociais dessa situação são graves: tensões familiares e pessoais, alcoolismo, dependência de drogas, doenças, perda do patrimônio acumulado.

Em contrapartida, Castells afirma que, em nenhum outro momento da História houve tantos trabalhadores incorporados ao sistema produtivo; destacando, inclusive, a inserção das mulheres na população economicamente ativa nos dias atuais.

Como ocorreu no passado com a agricultura, ocorrerá perda de postos de trabalho nos setores mais tradicionais da produção industrial, enquanto são criados novos empregos nas áreas de alta tecnologia e serviços.

Castells considera que o maior problema gerado pelo modelo atual de capitalismo não é o desemprego, mas a precarização e deterioração das condições de trabalho, fatos responsáveis, sem dúvida, pela crescente exclusão social.

Gilberto Dupas analisando Castells e Rifkin conclui que a economia global está agravando a exclusão social.

O mundo tem aprendido que a economia global apresenta riscos muito maiores do que todos poderíamos imaginar. A lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas muito oportuna para a pujança do capitalismo contemporâneo incorporou os bolsões de trabalho barato mundiais, sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os postos formais crescem menos rapidamente que os investimentos diretos. E se, como foi visto surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, o setor informal também acumula o trabalho muito precário e a miséria.
(op. cit, p. 183).

O autor lembra que as grandes corporações que detêm os avanços tecnológicos, entendem a lógica do capitalismo pela vertente do competir e crescer e não consideram a geração de empregos como prioridade.

Os países centrais sem possibilidades de voltar ao *Welfare State*, presos a políticas monetaristas rígidas, enfrentam surtos de crescimento e recessão, enquanto os países periféricos dependentes dos capitais externos, ameaçados em sua precária estabilidade por

recursos especulativos, não dispõem de meios para combater o desemprego. Em ambos os casos, o resultado é a exclusão social.

As propostas de solução vão desde a idéia de um novo Estado, do qual o cidadão dependesse menos, aliado a uma sociedade civil mais articulada e solidária, até a flexibilização dos contratos, a redução da jornada de trabalho, o trabalho voluntário, etc.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT sugere a criação de associações para os trabalhadores do mercado informal que, além das questões trabalhistas, cuidariam também de direitos humanos, minorias, numa proposta de organização semelhante às ONGs, e novas formas de representatividade que incluísse os autônomos, desempregados, microempresários e demais trabalhadores que surgiram com a flexibilização e precarização do trabalho.

Percebemos que o Estado nacional e as instituições sociais e econômicas estão se transformando e se adaptando à nova realidade do mundo do trabalho. São desdobramentos que viveremos no novo século, como afirma Hobsbawm (2000):

Pois bem, o único modo eficiente que conhecemos é a redistribuição da riqueza por intermédio do Estado e das autoridades públicas. Por este motivo, creio que o Estado nacional continua sendo indispensável. Não estou dizendo que cabe ao Estado, em sua forma atual, realizar a redistribuição, mas que esta precisa ser garantida por algum tipo de autoridade pública [...]

Esta é uma questão à qual o fim do século XX já nos proporciona algumas indicações.

Nesse contexto de transformações no mundo do trabalho, percebemos que muitos são os fatores que estão inseridos nesta problemática. Mas, de uma coisa não temos dúvida: há uma necessidade constante de que as pessoas estejam se especializando, procurando se adaptar às novas tecnologias, às novas exigências do mercado e, também, atentas às questões éticas.

E, é bastante natural que a flexibilidade a qual nos referimos anteriormente, cause certa ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir.

Para tirar a maldição da expressão “sistema capitalista”, antes eram criadas circunlocações, como sistema de ‘livre empresa’ ou ‘empresa privada’.

Hoje, usa-se a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado. O novo capitalismo é analisado por Richard Sennett (2000) como um sistema, muitas vezes, ilegível.

Talvez o aspecto da flexibilidade que causa mais confusão seja seu impacto sobre o caráter pessoal. Os antigos escritores que remontam à antiguidade, não tinham dúvida sobre o significado de “caráter”, que pode ser entendido como o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros.

2. A Questão da Ética do Trabalho

Sabemos que, a nova ordem mundial, caracterizada pelo capitalismo monopolista, solidifica uma nova relação entre o capital e o trabalho. Os movimentos populares, ecológicos, sindicatos, igrejas, partidos políticos se fortalecem e conseguem impor algumas regras do jogo, na tentativa de garantir os direitos vinculados à cidadania. O capitalismo, na fase monopolista¹, busca, de uma ou outra forma, garantir ou reforçar a tese de igualdade de oportunidades. Isto significa, também, uma nova relação entre o empregado e o empregador, que tem como desdobramento a emergência de um neopapel do empresário e das empresas.

Esta concepção só se tornou possível na maturação do processo histórico das relações sociais, aonde as relações vão-se estreitando e se humanizando através de novos

¹ Registramos que não é nossa preocupação analisar a fase do capitalismo monopolista que seria fugir do objetivo do nosso tema. Como sugestão de leitura, destacamos os trabalhos de Hilferding, *O Capital Financeiro*, citado pela maioria dos autores que analisaram esta etapa do capitalismo; Lenin, *O Imperialismo na Fase Superior do Capitalismo*; Mandel, *O Capitalismo Tardio*; Sweezy, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*; Baran, *A Economia Política do Desenvolvimento*; Covre, *A Fala dos Homens e Capital Monopolista no Brasil*. A tese de José Paulo Neto, *Autocracia Burguesa e Serviço Social*, PUC, SP, mimeo, traz um balanço teórico dos autores que analisaram o capitalismo monopolista, principalmente, no primeiro capítulo. Numa linha oposta a este autor, temos o trabalho de Friedman (1985), *Capitalismo e Liberdade*.

mecanismos. No campo da gestão, temos o planejamento estratégico, a co-gestão ou outras formas de gestão no interior das empresas. O novo papel das empresas é também investir no desenvolvimento social, o que alguns economistas denominam de desenvolvimento social sustentado.

Neste contexto, o papel empresarial não pode ser passivo, limitando-se a desempenhar um papel individual em face às deixas do mercado. Embora isto constitua, sem dúvida, parte fundamental de sua atitude microeconômica, as exigências de seu papel no novo plano de desenvolvimento estão mostrando que o empresário se verá, cada vez mais, obrigado a desempenhar papéis sociais e políticos. Essas exigências terão seguramente a ver com a validação de seu papel de agente modernizador no sentido global e, sem dúvida, também com a demonstração de sua capacidade de gerar crescimento econômico socialmente equitativo. (Campero et alii, 1994:60.)

Neste reordenamento da economia, coloca-se ao empresário uma outra atribuição, a de agente de mudança na área social.

A questão da ética do trabalho entra neste ponto. A ética do trabalho é a arena em que mais se contesta hoje a profundidade da experiência. A ética do trabalho, como a entendemos comumente, afirma o uso autodisciplinado de nosso tempo e o valor da satisfação adiada.

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho em equipe. Celebra a sensibilidade aos outros, exige aptidões delicadas, como ser bom ouvinte e cooperativo. E, acima de tudo, o trabalho de equipe é a ética de trabalho que serve a uma economia política flexível.

Estudos demonstram que a economia, hoje, enfatiza o desempenho imediato, o curto prazo e os resultados do saldo final. Assim, pode-se concluir que a tendência atual consiste em passar de iniciativas éticas de base legal, para iniciativas cujas raízes estejam na cultura ou na integridade das empresas nas quais a ética esteja presente como um dos valores fundamentais.

As empresas reconhecem que programas eficazes de ética nos negócios são bons para o desempenho de suas atividades. Firms que desenvolvem níveis mais altos de confiança funcionam com mais eficiência e mais eficácia, identificando-se um clima empresarial ético e de confiança entre empresas.

A prática da ética, portanto, deve fazer coincidir o plano do individual e do coletivo, uma vez que, para ser virtuosa, a ação deve visar o bem comum, indo ao encontro do interesse da coletividade.

Esta realidade nos conduz à inevitável discussão do tema do trabalho sob a ótica da necessidade de se formular e de se promover políticas sociais de caráter redistributivo, a par com um reordenamento sócio-econômico de natureza estrutural que permita o alargamento dos direitos de cidadania a setores mais amplos da população.

É, na verdade, o desafio de elaborar propostas concretas e viáveis, que possam ser operadas tanto pelo Estado quanto pelos empresários. Cabe aos especialistas e aos educadores encontrar conteúdos e métodos para trabalhar com essa questão. É preciso não ter ilusões ou pretensões sobre a possibilidade de equacioná-la, satisfatoriamente, sem que se alterem os paradigmas das teorias existentes.

A eficácia dessa política, que pode ser aplicada na área de recursos humanos, repousa em uma nova cultura consolidada por uma nova ética de empresários e administradores, não exclusivamente voltados para o desenvolvimento econômico da empresa, mas preocupados com o resgate da dívida social.

Talvez estejam nesse contexto algumas das pistas para se encontrar os mecanismos que permitiriam a superação do chamado “mal-estar social”.

Considerações Finais

Ante essas considerações, parece-nos necessário compreender a nova cartografia do poder, da economia, da cultura, da religião e até mesmo da psicologia humana, que se vem alterando nos últimos anos, produzindo no indivíduo a sensação de que está solto no espaço e chegando ao seu fim. Para nós, compreender a dinâmica do trabalho e seus aspectos éticos é procurar desvelar o quadro social em que vivemos e dele fazer um diagnóstico.

Nesse contexto, no desenvolvimento desse artigo, tivemos por escopo, na medida do possível, descortinar algumas das tramas que envolvem a humanidade, no que se refere ao mundo do trabalho. Após uma avaliação da realidade do mundo do trabalho, por meio da literatura, optamos pelo enfoque da questão da ética do trabalho como um fragmento privilegiado, ainda que não absoluto ou exclusivo do contexto social, como uma das estratégias do trabalhador para enfrentar as transformações do mundo do trabalho e conseguir inserir-se no mercado.

A tendência de mudanças no modelo de gestão do mundo do trabalho no Brasil não provém apenas da vontade dos gestores, mas, sobretudo, é uma questão de sobrevivência, diante das economias globalizadas e altamente competitivas. As novas concepções e práticas de gestão empresarial revelam uma convergência entre a tecnologia, a produção e a liderança no mercado, estimulada e pressionada pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais, que determinam os critérios para se atingir os primeiros lugares ou manter-se como melhor no mercado.

Finalmente, essa ótica permite extrair da prática com princípios éticos o que nela existe de melhor, de novo e peculiar para se enfrentar as mazelas sociais e evitar a fuga a uma perspectiva derrotista, que entorpeça a vida e impeça o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Referências Bibliográficas

CAMPERO, Guillermo *et alii*. **Os atores sociais no novo mundo do trabalho**. São Paulo: LTR, 1994.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. In: DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social- Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Fim de Milênio: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social- Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERRELL, O. C. et al. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **O Novo Século**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MOREIRA, Joaquim M. *A ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.